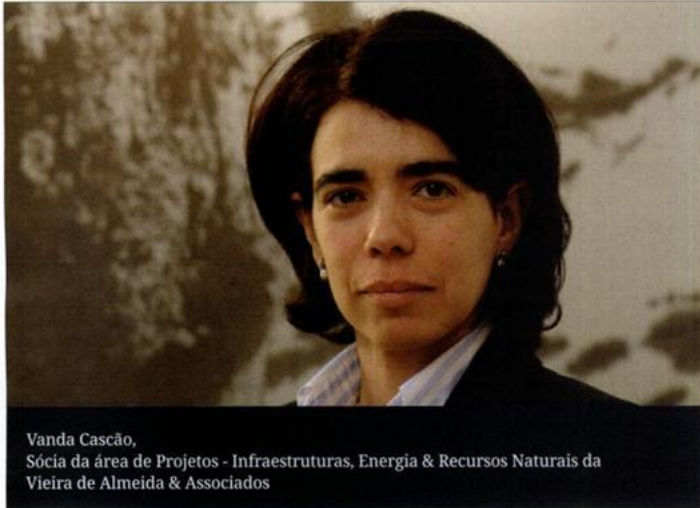




ENERGIA SUSTENTÁVEL PARA TODOS



Vanda Cascão,
Sócia da área de Projetos - Infraestruturas, Energia & Recursos Naturais da
Vieira de Almeida & Associados

Na sequência da publicação do livro "O Direito da Energia em Portugal: cinco questões sobre o estado da arte", proponho-me igualar (em número) os desafios.

1. Inovação

O Direito da Energia é reflexo de uma realidade sectorial com conceitos técnicos muito específicos, que requerem um enquadramento jurídico preciso e rigoroso.

O sector da Energia é altamente inovador e vive em constante revolução tecnológica, pelo que este desafio apenas pode ser ganho mediante uma abordagem transversal e multidisciplinar. O desafio da inovação no Direito da Energia exige também uma contribuição ativa na estruturação de novos mecanismos de financiamento e no desenho de novas políticas de investimento.

E com isto não se entenda que o Direito da Energia é fluído; pelo contrário, já ganhou claramente um espaço próprio.

2. Direito Público versus Direito Privado

Qual o espaço que o Direito da Energia ocupa no mundo do Direito? No mundo académico é, em regra, matéria curricular de estudos e/ou investigação em direito público. Mas, e perdoem a provocação (pois o direito não se pesa, nem se mede), se tivéssemos que avaliar o peso do direito público versus o do direito privado no que respeita aos maiores projetos de energia em Portugal, não teríamos défice de debate.

Confesso que, reconhecendo o mérito que tal discussão certamente terá, a mesma é para mim (quase) irrelevante, uma vez que o Direito da Energia entrecruza o direito público e o direito privado. O desafio passa por construir uma realidade jurídica que permita uma assimilação total da dimensão e da dinâmica do sector da Energia.

3. Estabilidade Regulatória

A estabilidade regulatória é contraditória com a dinâmica do sec-

tor? Seguramente, não. Mas é determinante para o investimento, em particular em tempos de crise.

As economias emergentes sabem bem o custo da (falta de) estabilidade regulatória, e o tema deveria ser isento de controvérsia. O desafio é total, e exige uma rebelião (jurídica, e pacífica) na defesa inquestionável do valor da segurança jurídica.

4. O "Re-Desenho" do Mercado da Energia

Este é um desafio que lanço em particular aos futuros praticantes do Direito da Energia. Num mundo que estuda em detalhe a regulação (sobretudo económica) do sector e que teoriza o mercado, fazem falta estudos jurídicos sobre esta matéria. Fica o desafio.

5. Crescimento e Energia Sustentável para Todos

O maior desafio do Direito da Energia dos próximos anos é contribuímos para um crescimento sustentável, e que assegure o acesso universal à energia. Só assim será cumprida a Iniciativa das Nações Unidas de "Energia Sustentável para Todos".